

AUTOAVALIAÇÃO 2022/2023

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FONOAUDIOLOGIA

Florianópolis, 2021

SUMÁRIO

1. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	3
2. PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO	5
3. A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO	6
4. SENSIBILIZAÇÃO E EQUIPE	7
5. POLÍTICA DE AUTOAVALIAÇÃO	8
5.1. Definição dos princípios	8
5.3. Definição das abordagens de autoavaliação	10
5.4. Definição dos indicadores e critérios a serem adotados	11
5.6. Definição da periodicidade da coleta de dados	12
6. IMPLEMENTAÇÃO E PROCEDIMENTOS	12
7. DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS	12
8. USO DOS RESULTADOS	12
9. META-AVALIAÇÃO	12
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	13

1. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tem seu campus principal localizado em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, Brasil. Fundada em 18 de dezembro de 1960, com o objetivo de promover o ensino, a pesquisa e a extensão, a UFSC oferece educação pública e está entre as melhores universidades do Brasil e da América Latina. Este reconhecimento deve-se à qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas em seus cinco campi (Florianópolis, Joinville, Araranguá, Curitibanos e Blumenau), incluindo aquelas desenvolvidas no âmbito da Pós-Graduação *stricto sensu*.

Hoje a UFSC possui 59 cursos de doutorado e 88 cursos de mestrado, distribuídos em 90 programas de pós-graduação. Dentre os cursos de mestrado, 69 são cursos acadêmicos e 19 cursos profissionais. Em 2019, a UFSC teve o primeiro curso de doutorado profissional aprovado, o qual faz parte do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Cuidado em Enfermagem. Na última avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 20 programas da UFSC foram considerados de excelência internacional (nota 6 e 7). Além disso, dos 89 Programas de Pós-Graduação (PPGs) oferecidos pela UFSC, 46 têm nota igual ou superior a 5. Durante o quadriênio 2017-2020, foram iniciados 6 novos cursos de mestrado e 3 novos cursos de doutorado, o que valida a tese de que a pós-graduação da UFSC vem se expandindo a cada ano, isto consequentemente deve vir acompanhado da responsabilidade de todos para com a qualidade destes programas. Neste sentido, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG) vem trabalhando nos últimos anos no cumprimento de suas atribuições, tanto em frentes executivas como na elaboração e alteração dos marcos regulatórios por meio da Câmara de Pós-graduação, a fim de elevar a qualidade da pós-graduação *stricto sensu* da UFSC.

Cumprindo sua meta de internacionalização, a UFSC foi selecionada em 2018 para participar do Programa Institucional de Internacionalização PRINT-CAPES, recebendo recursos financeiros para realizar os seguintes objetivos: fomentar a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos de internacionalização nas áreas do conhecimento por ela priorizada; estimular a formação de redes de pesquisas internacionais com vistas a aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculadas à pós-graduação; ampliar as ações de apoio à internacionalização na pós-graduação; promover a mobilidade de docentes e discentes, com ênfase em doutorandos, pós-doutorandos e docentes para o exterior e do exterior para o Brasil, vinculados a programas de pós-graduação *stricto sensu* com cooperação internacional; fomentar a transformação da instituição em um ambiente internacional; integrar outras ações de fomento da Capes ao esforço de internacionalização.

O Projeto Institucional de Internacionalização da UFSC (PRINT-CAPES/UFSC) tem a participação de 40 PPGs e é constituído por 27 Subprojetos distribuídos dentre os cinco temas priorizados: Linguagens, Interculturalidade e Identidades, Nanociência e Nanotecnologia, Saúde Humana, Sustentabilidade Ambiental e Transformação Digital: Indústria e Serviços 4.0. Este projeto conta com o envolvimento de 300 instituições estrangeiras, fortalecendo as pesquisas em rede e o intercâmbio acadêmico.

A pós-graduação da UFSC está em contínuo processo de expansão e aprimoramento da qualidade de seus cursos. Consciente de suas vocações e potencial acadêmico, renova-se constantemente em novos programas com perfil multi e interdisciplinar, implementando a interação entre os programas, construindo redes de ensino e pesquisa internacionais, estimulando a atividade criativa e inovadora, respondendo à sociedade brasileira, com conhecimento, serviços e soluções sustentáveis.

2. PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Em meio século de construção coletiva de produção de conhecimento, a pós-graduação da UFSC sabe onde chegou. Hoje são 90 PPGs presentes em todos os 5 (cinco) *Campi* do estado de Santa Catarina, responsáveis pela formação de 7.894 estudantes regularmente matriculados nos cursos de mestrado e doutorado. O ensino aliado à pesquisa desenvolvidos na UFSC é responsável por uma das produções acadêmicas mais respeitadas no Brasil, inclusive reconhecida internacionalmente. No tocante à avaliação externa realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a UFSC vem, a cada período avaliativo, avançando no tocante ao amadurecimento dos seus PPGs, rumo à excelência no âmbito do Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG).

Apesar da expansão quantitativa e qualitativa que acompanha as metas do Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020, é notável que muitos são os desafios a serem enfrentados pelas instituições de ensino superior no Brasil para a manutenção de uma educação gratuita e democrática de excelência. Para além de obstáculos ligados ao fomento do ensino, pesquisa e extensão, a pós-graduação enfrenta hoje outros desafios relacionados à diversidade, incremento da aproximação com a sociedade, dentre outros pontos.

Neste contexto, a PROPG enxerga a autoavaliação, apresentada pela CAPES, como componente da avaliação do presente quadriênio (2021-2024), como sendo uma oportunidade de entrada de dimensões até então não captadas pela avaliação externa da pós-graduação. Respeitando-se a autonomia de cada programa, a PROPG entende como adequado o alinhamento dos planos e ações de cada programa com a identidade da UFSC, caracterizada no âmbito da

gestão institucional por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2024).

O PDI é um documento e instrumento de planejamento, a ser considerado dentro da gestão estratégica, que caracteriza a identidade institucional. Nele estão definidas a missão e a visão de futuro da UFSC, bem como as estratégias, diretrizes e políticas a serem seguidas para o alcance de seus objetivos e metas. O PDI é a ferramenta onde a identidade da instituição é impressa, por essa razão é de extrema importância que os PPGs o utilizem como base na construção de suas metas e objetivos.

Pelo ineditismo da autoavaliação como componente na Avaliação Quadrienal, a PROPG institucionaliza uma política de autoavaliação pelos PPGs, respeitando a especificidade e autonomia de cada programa.

3. A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

A compreensão das autoavaliações como processos dinâmicos e contínuos impõe à Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFSC a revisão periódica dos instrumentos e procedimentos avaliativos. A meta é que sejam aprimorados no sentido de: 1) identificar de modo mais apurado os pontos fortes e fracos referentes às práticas institucionais 2) adequar-se cada vez mais aos cenários externo e interno em que se encontra a Universidade.

Atualmente, com a assistência da Agência de Comunicação (AGECOM) e o Gabinete da Reitoria (GR) da UFSC, a CPA sensibiliza a comunidade acadêmica da importância na participação do processo autoavaliativo - que é facultativo - por meio do “Dia da Avaliação”. Este dia marca o início do processo com um convite do Reitor, em formato de vídeo postado nas redes sociais institucionais oficiais. A CPA publica uma matéria na sua página na internet, assim como a AGECOM na página oficial de notícias da UFSC. Ocorre também o encaminhamento, por meio do sistema Collecta (sistema específico desenvolvido pela UFSC para coleta de dados), de convite via e-mail a todos da comunidade acadêmica. Por conta da Covid-19, o processo autoavaliativo vigente não contou com a sensibilização de forma física e presencial.

A sensibilização dos segmentos e o desenvolvimento de uma cultura avaliativa são atos contínuos que demandam mobilização de todos os setores da instituição, a fim de ampliar a participação nos processos de avaliação e de propiciar debates sobre políticas, estratégias e dinâmicas institucionais. Os membros da CPA desenvolvem os instrumentos avaliativos e a coleta de dados ocorre virtualmente por meio do Collecta, de modo que os discentes de pós-graduação avaliam - com base em perguntas e respostas utilizando uma escala Likert de cinco pontos - cada uma das 10 dimensões propostas no SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior) que compreendem os cinco

eixos (Quadro 1). Esse é um processo facultativo e os respondentes aptos a responder devem estar com a matrícula ativa.

Quadro 1 – Eixos e Dimensões do SINAES

Eixos	Dimensões
E1: Planejamento e Avaliação Institucional	D8: Planejamento e Avaliação
E2: Desenvolvimento Institucional	D1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional
	D3: Responsabilidade Social da Instituição
E3: Políticas Acadêmicas	D2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão
	D4: Comunicação com a Sociedade
	D9: Política de Atendimento aos Discentes
E4: Políticas de Gestão	D5: Políticas de Pessoal
	D6: Organização e Gestão da Instituição
	D10: Sustentabilidade Financeira
E5: Infraestrutura Física	D7: Infraestrutura Física

Fonte: Ministério da Educação (2014).

Em 2020, os questionários foram customizados para cada segmento da comunidade universitária de maneira que foram desenvolvidas 16 questões aos discentes de pós-graduação (*stricto e lato sensu*). Além dessas questões, dois campos opcionais para resposta aberta foram disponibilizados com o intuito de identificar como foram as discussões sobre a autoavaliação do ano anterior e apresentar os pontos positivos e/ou negativos relativos ao desenvolvimento virtual das suas atividades pedagógicas e/ou administrativas.

Cumprе destacar que a atuação da CPA em relação à Pós-Graduação da UFSC restringe-se a questões genéricas que envolvem os 5 eixos de avaliação do SINAES, permitindo que todos os PPGs realizem suas autoavaliações que abordam temas de interesse específicos de cada um. A devolutiva da autoavaliação é realizada por meio da disponibilização aos docentes via sistema Collecta e também no Relatório Anual produzido pela CPA, cabendo aos gestores tomarem as medidas no sentido de potencializar a qualidade dos respectivos PPGs.

4. SENSIBILIZAÇÃO E EQUIPE

Com o intuito de acompanhar, orientar e incentivar os PPGs na execução de suas autoavaliações, a PROPG designou uma comissão para elaboração de proposta de metodologia para autoavaliação da pós-graduação *stricto sensu* (Portaria Nº 3/2020/PROPG). O primeiro passo desta comissão foi o de realizar uma consulta junto aos coordenadores sobre a prática de autoavaliação na pós-graduação. Nesta pesquisa algumas questões relacionadas à prática da autoavaliação foram realizadas, bem como um espaço para que os coordenadores descrevessem suas dúvidas, preocupações e sugestões quanto à autoavaliação direcionadas à PROPG.

Com base no resultado das respostas da pesquisa aplicada, bem como das sugestões relatadas pelos coordenadores, o segundo passo da comissão foi o de sensibilizar os programas para a participação no processo de autoavaliação. Desta forma, foi solicitado aos PPGs por meio do Ofício Circular nº 66/2020/PROPG que criassem suas comissões internas de autoavaliação, bem como indicassem perguntas destinadas aos discentes, docentes, técnicos-administrativos e egressos, com o intuito de captar as opiniões sobre diferentes fatores que afetam o alcance das metas estabelecidas no Plano Estratégico de cada PPG.

Após o recebimento dos documentos dos PPGs, iniciou-se a aproximação da Comissão de Autoavaliação com os coordenadores e comissões internas formadas pelos PPGs. Para isto, foram realizadas reuniões da PROPG com os coordenadores de PPGs a fim de definir a construção conjunta de uma política de autoavaliação da pós-graduação, que teve como um dos resultados concretos a elaboração de documento norteador da autoavaliação da pós-graduação *stricto sensu*.

A comissão de autoavaliação do PPGFONO-UFSC foi instituída em 06 de Agosto de 2021, por meio da portaria N.º 05/PPGFONO/2021, designando as professoras Fabiane Miron Stefani como presidente e as professoras Ana Carolina de Assis Moura Ghirardi e Aline Megumi Arakawa-Belaunde, bem como a acadêmica Eduarda Dandolini da Silva e a funcionária Jéssica da Rocha Ouriques, como membros.

Desde então, reuniões semanais tem sido realizadas com propósito de conduzir estudos integrados de documentos e textos sobre a autoavaliação no Brasil e no mundo, sobre as premissas da Universidade, do MEC e em especial da área 21, para a elaboração de um documento que ofereça à comunidade do PPG uma proposta de autoavaliação que seja inclusiva e adequada à todos.

Para sensibilização para a participação dos discentes no processo de autoavaliação, iremos sugerir que as disciplinas na grade curricular do PPG

adotem como parte do processo de avaliação, a percepção dos discentes quanto à qualidade da disciplina (identificar pontos fortes e fracos); iremos realizar uma “Semana da Autoavaliação”, em que realizaremos seminários, sensibilizações coletivas, e proporemos um plantão, que será um momento sugerido para o preenchimento da Autoavaliação, em que os membros da comissão estarão disponíveis para retirada de eventuais dúvidas com relação aos processos envolvidos e às questões da ficha de avaliação.

Com relação aos docentes, acreditamos que a construção da AA, embora seja designada a uma comissão, é uma construção coletiva, portanto, como parte da sensibilização dos docentes, iremos periodicamente apresentar as propostas da comissão de AA ao colegiado do PPG, a cada etapa do processo, para permitir que todos os membros possam opinar. É importante trazer ao grupo a consciência de que a melhoria do PPG está diretamente relacionada à aplicação e interpretação dos resultados da AA, destacando que a CAPES avalia os PPGs por meio da AA; e realizar seminários semestrais de acompanhamento das atividades do PPG com intuito de demonstrar a evolução da qualidade do programa.

Por ser um programa novo, ainda não há egressos para participar da AA, no entanto, pensando em um futuro próximo, acreditamos que o ideal será o acompanhamento direto e indireto. Podemos sugerir como estratégia para a participação dos egressos na AA, sua inclusão, pelos docentes do Programa, em cursos e projetos de extensão, eventos científicos relacionados a Pós-Graduação e a continuidade de sua participação nos Grupos de Pesquisas de seus orientadores ou outros professores do programa, pois, desta maneira, o egresso permanecerá próximo ao PPG, mesmo após a conclusão de sua dissertação. Àqueles que esta estratégia não se mostre possível, propõe-se acompanhamento indireto por meio de currículo Lattes e mídias sociais.

5. POLÍTICA DE AUTOAVALIAÇÃO

5.1. Definição dos princípios

A avaliação institucional e o planejamento estratégico figuram como instrumentos necessários para redefinição das estruturas e modelos de gestão das instituições de educação superior do país (TRIGUEIRO, 2004). Desses documentos são extraídas as diretrizes para aperfeiçoar os processos pedagógicos e administrativos dessas instituições complexas que se diferem de qualquer outra natureza de organização.

Essa política visa evitar um problema comum constatado por Trigueiro (2004) na experiência de autoavaliação das IES do país que é o da descontinuidade. Deste modo, o PPGFONO tem como objetivo o seu desenvolvimento por meio da avaliação e monitoramento de indicadores relacionados ao desempenho do programa, formação e impacto na sociedade ao contemplar os cinco Is da pós-graduação: institucionalização, interdisciplinaridade, internacionalização, inovação, inclusão social e diversidade.

O quesito 1- “Programa” pretende avaliar as estruturas física, de recursos humanos e acadêmica do PPG, bem como seu funcionamento, planejamento e autoavaliação, considerando a adequação desses aspectos ao potencial do PPG, seus objetivos e perfil do egresso, bem como sua inserção no plano institucional e sua adequação aos critérios da Área 21.

O quesito 2- “Formação” tem seu foco na qualidade dos recursos humanos formados, envolvendo as atividades docentes na formação do discente; a qualidade dos produtos gerados pelo corpo docente, discente e egresso; a avaliação discente/egresso em relação ao PPG; e a atuação dos egressos.

O quesito 3- “Impacto na Sociedade” está relacionado com os impactos científicos, educacionais, socioeconômicos e culturais gerados pela formação de recursos humanos, produção de conhecimento e atividades desenvolvidas pelo PPG, bem como pelo seu grau de internacionalização e visibilidade.

Em consonância com este objetivo, a autoavaliação no PPGFONO pauta-se nos seguintes princípios:

Participação - manter a atual prática de construir coletivamente os instrumentos e formas de avaliação com a comunidade acadêmica;

Legitimidade - sustentada em uma metodologia participativa capaz de garantir a construção coletiva de indicadores adequados;

Identidade institucional - respeito à história, à cultura construída ao longo de sua existência;

Continuidade – a autoavaliação deve ser um processo permanente, uma vez que seus resultados implicam mudanças de médio e longo prazos;

Devolução – a autoavaliação tem o compromisso de devolver e socializar os resultados a toda comunidade, mantendo a privacidade e sigilo de informações que dizem respeito aos sujeitos envolvidos;

Base para a gestão - os resultados da autoavaliação não devem ser usados para fins de classificação, punição ou premiação, mas sim servir como

suporte ao processo de tomada de decisão dos gestores, com vistas à melhoria contínua do Programa.

5.2. Definição de qualidade para fins de avaliação

A qualidade a ser medida pelo processo de autoavaliação está ancorada no Documento de Área 21: Educação Física publicado pela Diretoria de Avaliação da CAPES, tendo especial atenção aos aspectos que se referem aos programas de natureza acadêmica.

De acordo ao que consta no referido documento, a qualidade é um requisito indispensável na formação, na produção técnica e científica e na prestação de serviços à população. Neste sentido, o PPGFONO-UFSC procura atender às exigências, aos interesses e necessidades da CAPES, da UFSC do corpo docente, discente e técnico, e da sociedade, buscando envolver todos que fazem parte do processo no planejamento e na execução e avaliação do Programa.

A Qualidade é um tema essencial em qualquer instituição que busque excelência na formação e produção científica com impacto e inserção social, sendo um conceito que se transforma no tempo e no espaço, e considera às necessidades e exigências sociais de um dado processo histórico. Portanto, os aspectos avaliados que representam a qualidade do Programa incluem três dimensões: política, cujo principal papel é de contribuir para tomadas de decisões quanto ao direcionamento das ações em determinado contexto político e educacional; técnica; considera a eficiência das ações, dos produtos e serviços a partir de especificações objetivas; social, considera os aspectos que contribuem para a formação ética, o desenvolvimento intelectual, necessidades e expectativas dos indivíduos, considerando a educação como um bem público.

5.3. Definição das abordagens de autoavaliação

O PPGFONO concebe a autoavaliação como um processo permanente de autoconhecimento, de reflexão, visando aprimorar a qualidade de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa. Não se trata de uma avaliação para fins de dominação, classificação, punição ou premiação, mas de uma avaliação diagnóstica para fins de planejamento, revisão e orientação.

Importa que a avaliação seja um movimento articulado a paradigmas, de maneira que ela possua uma estrutura simbólica capaz de integrá-la a uma determinada cultura, ampliando as possibilidades de compreensão sobre o mérito e o valor de um determinado elemento. Isso permite que os fundamentos da avaliação possam orientar os métodos, técnicas e a própria utilização dos resultados, de maneira que o processo seja compreendido de uma forma orgânica, organizada e, sobretudo, relevante. É, também, necessário que o processo possa observar um movimento ético, com valores políticos alheios a questões ideológicas, já que a avaliação se trata de um aspecto técnico, reflexivo

e responsável por compreender fenômenos em movimento na realidade acadêmica de uma instituição de educação superior e especificamente da pós-graduação *stricto sensu*.

Na visão de Stufflebeam (2011), a avaliação deve observar estes aspectos em seus paradigmas, de maneira que a leitura do contexto possa fortalecer a cultura avaliativa na instituição, observando o caráter sistêmico, cíclico e reflexivo, articulado a um contexto somativo (regulatório) e formativo (emancipador). Avaliar, portanto, é legitimar, sob a ótica de critérios claros, a prática social defendida em um determinado espaço, considerando os limites da individualidade e da subjetividade do sujeito, com seu caráter flexível e objetivo, articulados de uma forma orgânica, plural e propositiva.

Sob tal fundamento, a autoavaliação no PPGFONO deve proporcionar subsídios para que as escolhas institucionais sejam conscientes, de maneira que seja possível planejar e conduzir o projeto institucional, considerando a autoavaliação como um paradigma que permite compreender os objetivos do projeto institucional, as formas de ensino diferenciadas, as decisões, o comportamento do usuário, as responsabilidades da instituição e com a regulação, tal como a intervenção institucional no contexto econômico e de desenvolvimento sustentável. Estabelecem-se, portanto, sujeitos sociais, objetivos, critérios, métodos de utilização dos resultados e metodologias, em um campo articulado a metodologias quantitativas e qualitativas, que dependem de um movimento orgânico e sistêmico. (MCDONALD, 1975; HOUSE, 1978; GUBA, LINCOLN, 1985; STUFFLEBEAM, 1994).

Por natureza, a autoavaliação deve ser um aspecto multi-metodológico, utilizando diversos recursos para a coleta e tratamento de dados que permite a criação de oportunidades para ampliação da visão sobre a autoavaliação.

5.4. Definição dos indicadores e critérios a serem adotados

Visando manter a eficiência e eficácia dos serviços disponibilizados pelo Programa, pretende-se analisar e monitorar continuamente 03 dimensões que consideram-se essenciais para se alcançar um programa de excelência, são elas: 1- Programa; 2- Formação, e 3- Impacto na sociedade.

Dimensão: 1. Programa

Indicadores:

1.1. Articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, bem como a infraestrutura disponível, em relação aos objetivos, missão e modalidade do programa.

1.2. Perfil do corpo docente, e sua compatibilidade e adequação à proposta do programa.

1.3. Planejamento estratégico do programa, considerando também articulações com o planejamento estratégico da instituição, com vistas à gestão do seu desenvolvimento futuro, adequação e melhorias da infraestrutura e melhor formação de seus alunos, vinculada à produção intelectual – bibliográfica, técnica e/ou artística.

1.4. Os processos, procedimentos e resultados da autoavaliação do programa, com foco na formação discente e produção intelectual.

Dimensão: 2. Formação

Indicadores:

2.1. Qualidade e adequação das teses, dissertações ou equivalente em relação às áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa.

2.2. Qualidade da produção intelectual de discentes e egressos.

2.3. Destino, atuação e avaliação dos egressos do programa em relação à formação recebida.

2.4. Qualidade das atividades de pesquisa e da produção intelectual do corpo docente no programa.

2.5. Qualidade e envolvimento do corpo docente em relação às atividades de formação no programa.

Dimensão: 3 Impacto na sociedade

Indicadores:

3.1. Impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa.

3.2. Impacto econômico, social e cultural do programa.

3.3. Internacionalização, inserção (local, regional e nacional) e visibilidade do programa.

5.5. Definição dos usos dos resultados

Os resultados da autoavaliação servirão de referência para o aprimoramento do processo formativo, ou seja, será base para o processo de melhoria contínua da qualidade do Programa.

Cada dimensão apresentada na seção 5.4 será analisada e monitorada continuamente na busca de mecanismos de gestão que mantenham os resultados positivos e solucionem ou mitiguem os problemas encontrados nas avaliações negativas.

Os resultados da autoavaliação também servirão de insumo para o Plano de Desenvolvimento Institucional e Plano Estratégico do Programa, tanto na sua construção quanto no seu acompanhamento periódico.

O instrumento de autoavaliação deverá permitir espaço para recepção de críticas, sugestões para o aperfeiçoamento do Programa, que serão levadas em consideração no processo de gestão. Além disso, a avaliação do docente pelo discente está prevista no Regulamento Geral da Pós-Graduação *stricto sensu*, como um dos requisitos para credenciamento docente.

5.6. Definição da periodicidade da coleta de dados

As dimensões avaliadas, como descritas anteriormente, serão: programa, formação e impacto na sociedade.

A periodicidade proposta será a seguinte:

- Etapa 1: A partir do primeiro ano de funcionamento do programa (fevereiro/2022)- Avaliação referente às Dimensões 1 e 3- Programa e Impacto na sociedade. Coleta deve ser repetida anualmente na mesma época.
- Análise e divulgação dos resultados da coleta de dados da etapa 1 a partir de junho 2022.
- Etapa 2: A partir do segundo ano de funcionamento (fevereiro/2023)- Avaliação referente à Dimensão 2: Formação
- Análise e divulgação dos dados relativos à etapa 2 em junho de 2023.
- Os resultados finais da primeira aplicação da autoavaliação deverão ser divulgados até janeiro de 2024 para que se possa realizar uma reflexão e novas propostas para melhorias do programa.

Data	Etapas de avaliação		Indicadores
Fevereiro 2022	Avaliação Programa	Dimensão1:	1.1. Articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, bem como a infraestrutura disponível, em relação aos objetivos, missão e modalidade do programa. 1.2. Perfil do corpo docente, e sua compatibilidade e adequação à proposta do programa. 1.3. Planejamento estratégico do programa, considerando também articulações com o planejamento estratégico da instituição, com vistas à gestão do seu desenvolvimento futuro, adequação e melhorias da infraestrutura e melhor formação de seus alunos, vinculada à produção intelectual – bibliográfica, técnica e/ou artística.

		1.4. Os processos, procedimentos e resultados da autoavaliação do programa, com foco na formação discente e produção intelectual.
	Avaliação Dimensão 3: Impactos na sociedade	3.1. Impacto e carácter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa. 3.2. Impacto económico, social e cultural do programa. 3.3. Internacionalização, inserção (local, regional e nacional) e visibilidade do programa.
Junho 2022	Análise e divulgação de resultados Etapa 1	
Fevereiro 2023	Avaliação Dimensão 2: Formação	2.1. Qualidade e adequação das teses, dissertações ou equivalente em relação às áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa. 2.2. Qualidade da produção intelectual de discentes e egressos.

		2.3. Destino, atuação e avaliação dos egressos do programa em relação à formação recebida. 2.4. Qualidade das atividades de pesquisa e da produção intelectual do corpo docente no programa. 2.5. Qualidade e envolvimento do corpo docente em relação às atividades de formação no programa.
Junho 2023	Análise e divulgação dos dados Etapa 2	
Janeiro 2024	Resultados finais da primeira aplicação da autoavaliação	Reflexão e novas propostas para melhorias do programa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAVOK, Delsi Fries. Qualidade em educação. Revista Avaliação, v. 12, n. 3, p. 505-513, 2007.

HOUSE, Ernest R. Assumptions underlying evaluation models. Educational researcher, v. 7, n. 3, p. 4-12, 1978.

LINCOLN, Yvonna S.; GUBA, Egon G. Naturalistic inquiry (vol. 75). 1985.

MacDonald, B. (1975). Evaluation and the control of education. In D. Tawney (ed.), Evaluation: The state of the art. London: Schools Council.

STUFFLEBEAM, Daniel L. Empowerment evaluation, objectivist evaluation, and evaluation standards: Where the future of evaluation should not go and where it needs to go. Evaluation practice, v. 15, n. 3, p. 321-338, 1994.

STUFFLEBEAM, Daniel L. Meta-evaluation. Journal of MultiDisciplinary Evaluation, v. 7, n. 15, p. 99-158, 2011.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. Reforma universitária: mudanças no ensino superior brasileiro. Paralelo 15, 2004.